



OBSERVATÓRIO DA
INTERVENÇÃO

cesec

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

A INTERVENÇÃO ACABOU.

QUANTO CUSTOU?

Chegamos ao último mês da intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. O monitoramento mensal de indicadores de diferentes fontes mostra que a **política predominante foi a do confronto aberto: muitas operações, pouca inteligência**. Vários problemas estruturais de segurança observados no estado não se resolveram e alguns se agravaram.

O número de tiroteios cresceu 56% nesses dez meses; as mortes decorrentes de ação policial aumentaram **36,3%**. Os homicídios, que foram mais de **4.422** em 2017, reduziram-se em apenas **6,7%** e continuam no patamar inaceitável de mais de **4.127**. A elucidação de chacinas (53 no período de intervenção) não foi prioridade. Durante a intervenção, 103 agentes de segurança morreram.

Fatos e traumas marcaram esse período. Quanto custou a intervenção, se pensarmos na dor provocada pelo assassinato de Marielle Franco e pela indignidade de ainda não conhecermos os autores desse crime? Quanto custou o silêncio das autoridades sobre as chacinas da Rocinha (em 24 de março) e da Maré (em 20 de junho) e sobre as denúncias de torturas e as oito mortes na operação das Forças Armadas na Penha, no dia 20 de agosto, que também vitimou três soldados do Exército?

Quanto custou a intervenção em termos de **dias sem aulas nas escolas?** E de **unidades de saúde paralisadas?** E de **tiroteios cotidianos**, que paralisam a vida dos moradores, principalmente nas favelas?

Quando pensamos nos custos financeiros, surpreende que só pequena parte do R\$ 1, 2 bilhão disponível para o Gabinete da Intervenção Federal tenha sido utilizada. Foram gastos apenas 6% deste orçamento. O conjunto dos contratos empenhados (ou seja, planejados) soma 60% desses recursos. As operações realizadas pelas Forças Armadas custaram outros R\$ 82 milhões e foram financiadas pelo Ministério da Defesa através de GLOs (Garantia de Lei e Ordem) entre fevereiro e setembro.

DEZ MESES DE INTERVENÇÃO FEDERAL

OPERAÇÕES NÃO TRANSFORMARAM A SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO

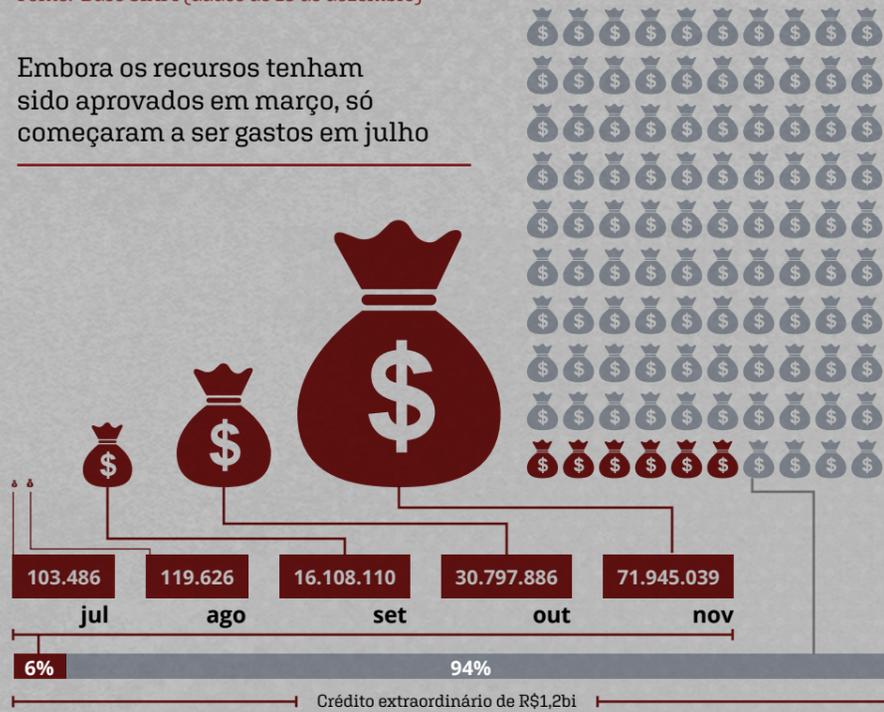


Fonte: Observatório da Intervenção

Gastos da Intervenção

Fonte: Base SIAFI (dados de 13 de dezembro)

Embora os recursos tenham sido aprovados em março, só começaram a ser gastos em julho



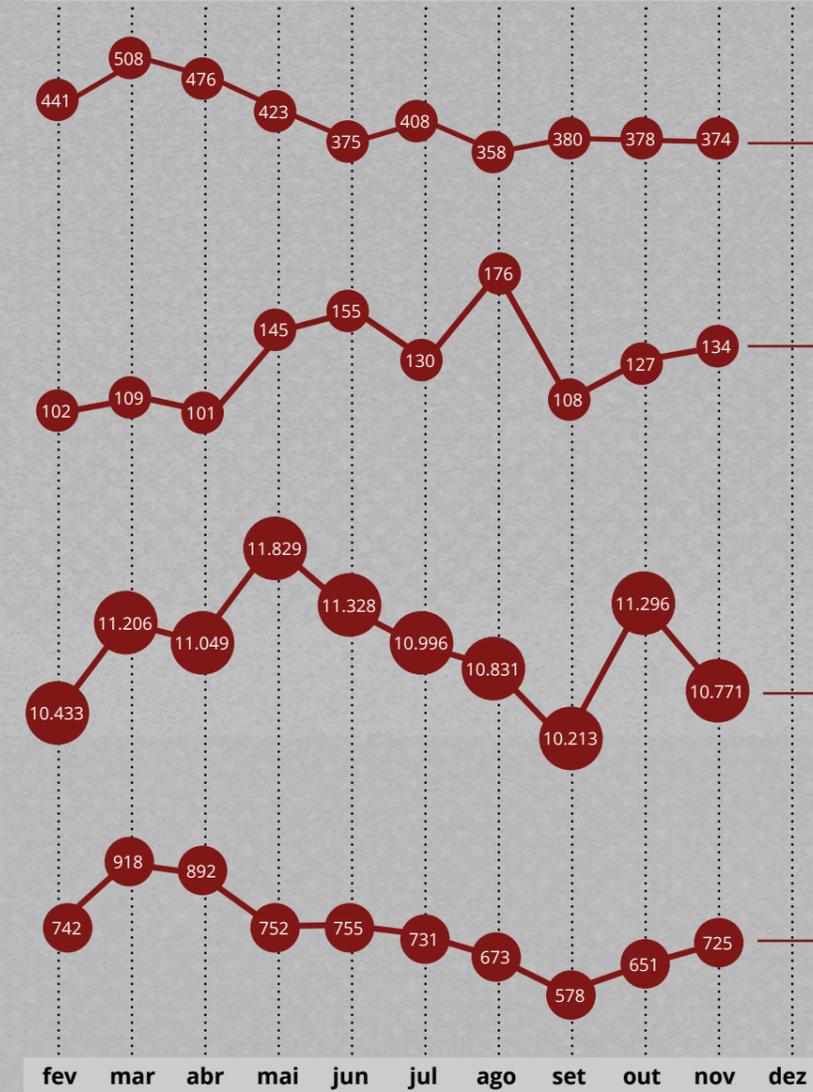
QUANTO CUSTA A INTERVENÇÃO?

O Gabinete da Intervenção gastou somente 6% do total destinado ao GIF-RJ. Em números, isso corresponde a cerca de R\$ 72 milhões, dos quais R\$ 61 milhões foram destinados às Forças Armadas. Já a aplicação dos recursos nos órgãos de segurança pública estadual ficou limitada a cerca de R\$ 9,5 milhões.

Dados referentes à base SIAFI em 13 de dezembro.

INTERVENÇÃO MÊS A MÊS

fev mar abr mai jun jul ago set out nov dez



4.127
Homicídios Dolosos
Redução de -6,7% em relação ao mesmo período de 2017



Fonte: ISP Instituto de Segurança Pública

1.287
Mortos pela polícia
Aumento de +36,3% em relação ao mesmo período de 2017



Fonte: ISP

109.952
Roubos de Rua
Aumento de +0,8% em relação ao mesmo período de 2017



Fonte: ISP

7.417
Roubos de carga
Redução de -15,3% em relação ao mesmo período de 2017



Fonte: ISP

Número de tiroteios

Fonte: Fogo Cruzado (dados de 16 de fevereiro a 12 de dezembro)



Operações Monitoradas
A cidade do Rio de Janeiro concentrou **68% das operações**

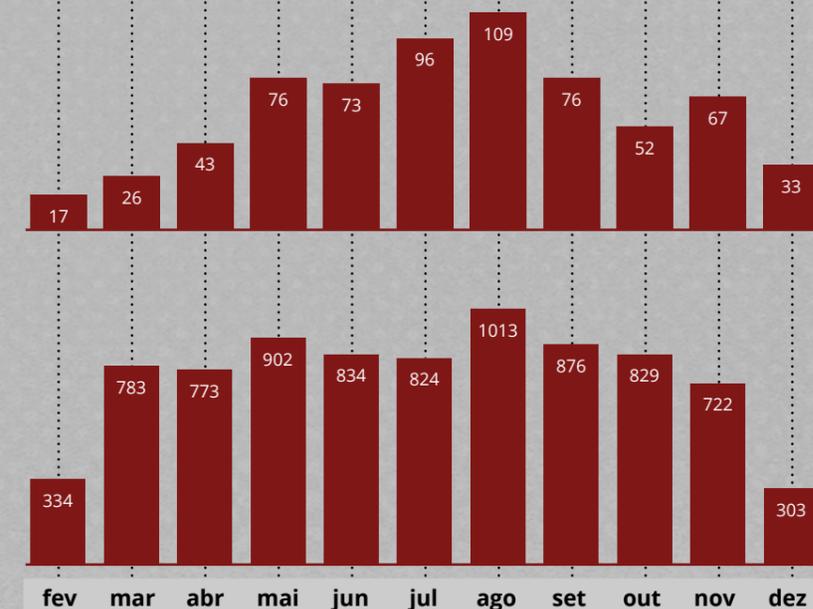


Fonte: Observatório da Intervenção

Tiroteios e disparos
Aumento de 56% em relação ao mesmo período de 2017



Fonte: Fogo Cruzado



A intervenção federal serviu para quê?

A intervenção federal, comandada pelas Forças Armadas, não resolveu os problemas estruturais da segurança pública do Rio. Se observarmos questões relacionadas apenas à gestão, verificamos que as forças de segurança continuam a funcionar com base em sistemas obsoletos. Os batalhões da PMERJ ainda não contam com sistemas automatizados de controle de munições. As viaturas não são monitoradas em tempo real e nem são automaticamente despachadas para áreas de incidência de crimes, como ocorre em vários locais do Brasil. Os policiais não adotam o uso de câmeras no momento das abordagens policiais, procedimento utilizado por polícias em várias partes do mundo para coibir o excesso de uso da força. A Polícia Civil continua a não divulgar taxas de esclarecimento de crimes. As duas unidades do Instituto Médico Legal e os 19 postos regionais de polícia técnico-científica estão sucateados, sem investimento de recursos na modernização da atividade de perícia.

Na verdade, o que vimos foi o aprofundamento de erros históricos: a reafirmação da estratégia de confrontos armados, **gastos concentrados em grandes operações** e a ausência de uma reforma estrutural da política de segurança, há muito esperada no Rio de Janeiro.

Foto: Bruno Ilian

REALIZAÇÃO

OBSERVATÓRIO DA
INTERVENÇÃO



cesec

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

www.observatoriodaintervencao.com.br